



MEIO AMBIENTE

Desmatamento segue em queda

A Amazônia registrou, no primeiro semestre de 2026, a menor área com sinais de devastação em uma década. Cerrado também teve destruição reduzida, mas em percentuais bem mais baixos

» CAETANO YAMAMOTO*

A Amazônia registrou, no primeiro semestre de 2026, a menor área com sinais de desmatamento detectados por satélite em uma década. Os dados foram divulgados, ontem, pelo Sistema de Detecção de Desmatamento em Tempo Real (Deter), do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe). Entre janeiro e junho deste ano, o sistema identificou 1.295 km² de áreas sob alerta de perda de vegetação nativa no bioma, o menor nível para o período desde a criação da série histórica, em 2016. Comparado ao mesmo período do ano passado, 2.090 km², houve uma queda de 795 km², equivalente a uma redução de 38%.

No acumulado de agosto de 2025 a junho de 2026, os avisos de desmatamento na Amazônia somaram 2.485,90 km², ante 3.959,98 km² no mesmo intervalo do calendário anterior (agosto de 2024 a junho de 2025) — redução de 37,2%.

O nível anterior mais baixo foi em 2017, quando 1.332 km² ficaram sob alerta nos seis primeiros meses do ano. Desde então, o total do primeiro semestre havia oscilado entre 1.645 km², em 2024, e quase 4 mil km², em 2022.

O estado do Pará foi líder de notificações de desmatamento, somando 898 km² nos últimos 12 meses, seguido por Mato Grosso, Amazonas e Roraima — 775 km², 361 km² e 260 km², respectivamente.

O desmatamento com solo exposto foi responsável por 91% de todos os alertas do primeiro semestre de 2026, com 1.180,8 km². Desmatamento com vegetação teve 74,8 km² seguido por Mineração e Cicatriz de Incêndio Florestal — 39,1 km² e 37,5 km², respectivamente.

Para a engenharia ambiental especialista em Recursos Hídricos e Engenharia Sanitária, Maristela Rodrigues, a redução do desmatamento na Amazônia neste primeiro semestre decorre de um conjunto de fatores. Resulta de maior fiscalização, mas também de monitoramento remoto, de educação ambiental, de conscientização. Rodrigues acredita que a demanda internacional

Orlando K Júnior



Amazônia: fiscalização e pressão internacional são fatores, segundo especialistas, que contribuíram para redução de 38% em área desmatada

por sustentabilidade também contribuiu para essa mudança.

“A exigência de acordos internacionais, principalmente no escoamento da produção, na logística para exportação, exige que haja uma produção sustentável, livre de desmatamento, livre de qualquer degradação ambiental que seja passível de impacto ao meio ambiente. Dessa forma, essa somatória de sanções e atividades contribuiu, e muito, para que tivéssemos esse resultado de redução do desmatamento neste primeiro semestre de 2026”, destacou.

Na avaliação do professor de Ecologia na Universidade Federal do Rio Grande (FURG) Marcelo Dutra da Silva, os resultados alcançados até aqui mostram que o Brasil está na direção correta, mas ainda não no ritmo necessário para garantir o cumprimento da meta de zerar o desmatamento ilegal até 2030.

“Acredito que seja possível reduzir o desmatamento a patamares historicamente muito baixos. Mas alcançar o desmatamento ilegal zero

será muito mais difícil do que manter a tendência atual de queda. Isso porque a parcela remanescente tende a estar cada vez mais associada ao crime organizado, à grilagem de terras e a áreas remotas, onde as operações de fiscalização são mais complexas e custosas”, frisou.

De acordo com Silva, para que a meta seja alcançada, será indispensável ampliar os investimentos em tecnologia de monitoramento, inteligência, integração entre os órgãos públicos, infraestrutura operacional e aumento do efetivo em campo.

Cerrado

Outro bioma que também registrou queda no desmatamento foi o Cerrado. Entre janeiro e junho deste ano, o Deter identificou 3.142 km² de áreas com indícios de retirada da vegetação nativa no bioma, o menor desde 2021.

Em junho de 2026, os avisos de supressão da vegetação nativa no Cerrado somaram 481,53 km²,

ante 508,69 km² em junho de 2025 — queda de 5,3%. O Inpe registra que houve significativa cobertura de nuvens durante o mês passado, o que pode ter dificultado o mapeamento em determinadas regiões. No acumulado de agosto de 2025 a junho de 2026, os avisos somaram 4.689,40 km², ante 5.091 km² no mesmo período do calendário anterior — queda de 7,9%.

A queda, porém, foi menor que a observada na Amazônia. Enquanto os alertas no bioma amazônico recuaram 38% em relação ao mesmo período do ano passado, no Cerrado a redução foi de cerca de 6%. Mesmo com a melhora, o Cerrado continua concentrando a maior área sob alerta. Nos seis primeiros meses de 2026, o volume detectado no bioma foi cerca de 2,4 vezes maior que o registrado na Amazônia.

De acordo com Maristela Rodrigues, quando a fiscalização aperta na Floresta Amazônica, a pressão do agronegócio e da especulação fundiária migra para o Cerrado. Segundo

ela, essa dinâmica de deslocamento da produção acontece quando já está saturada uma região e há necessidade de expansão para outros biomas.

“A característica topográfica do Centro-Oeste, o clima e o solo contribuem muito para essa expansão aqui na região. Também podemos apontar uma menor rigidez na fiscalização e nas instituições de proteção do Cerrado. Lembrando que é necessário que essas políticas públicas não venham proteger somente o Cerrado, mas todo o bioma onde se produz, seja na Amazônia, seja no Cerrado ou na Caatinga”, falou.

O estado que liderou as notificações neste semestre foi o Maranhão, com 838,65 km²; seguido por Tocantins e Piauí, com 825,2 km² e 368,03 km², respectivamente. Entretanto, nos últimos 12 meses, Tocantins ocupou o primeiro lugar do ranking, com 1.121,47 km², seguido por Maranhão, com 1.181,71 km².

***Estagiário sob a supervisão de Carlos Alexandre de Souza**

DESENVOLVIMENTO

Governo atento a minerais críticos

» FRANCISCO ARTUR DE LIMA

A defesa pela aprovação do Projeto de Lei que cria a Política Nacional de Minerais Críticos foi um dos principais temas tratados na reunião interministerial comandada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), ontem, no Palácio do Planalto.

O texto, que cria mecanismos de controle da União ante à exploração desses minérios, foi aprovado em maio pela Câmara, mas segue sem previsão de votação no Senado. Ao lado do vice-presidente Geraldo Alckmin (PSB) e ministros como Alexandre Silveira (Minas e Energia) e Míriam Belchior (Casa Civil), Lula classificou como necessária a participação do Estado no desenvolvimento da área de minerais críticos e terras raras no Brasil. Segundo ele, exemplos

bem-sucedidos de grandes empresas brasileiras têm a participação do Estado na gestão. “Acho que todas as coisas importantes que aconteceram no modelo de desenvolvimento do Brasil têm sempre um dedo do governo”, disse o presidente, ao citar a Petrobras e criticar privatizações da BR Distribuidora.

Além de destacar a participação do Estado na geração de valor à exploração desses minérios no Brasil, o chefe do Executivo detalhou ser possível o governo criar novos laboratórios, universidades e institutos para alavancar o setor.

“Nossa história de tratar terras raras e minerais críticos mudou de patamar a partir desta reunião”, pontuou Lula. A participação do governo brasileiro na governança da extração e desenvolvimento de minerais críticos também foi

Ed Alves/CB/DA Press



Silveira: governo quer controlar mudança acionária de empresas

mencionada pelo ministro Silveira, da pasta de Minas e Energia.

Ele, no encontro interministerial, reforçou que uma possível aprovação do Projeto de Lei da Política Nacional de Minerais Críticos trará “soberania” ao país para explorar e desenvolver seus minérios.

“De forma clara e peremptória, ele (o PL) propõe políticas e ações públicas para desenvolver a cadeia

produtiva desses minerais no país porque nos dá o direito à competência de homologação de mudanças do controle acionário. (Com o PL aprovado) Nós vamos controlar a mudança acionária das empresas que porventura queiram investir no Brasil, para ver se elas são de interesse nacional ou não, garantindo a nossa soberania”, afirmou Silveira.

Assim como o ministro de

Minas e Energia, o vice-presidente Alckmin reforçou o apoio à aprovação do projeto que cria a Política Nacional de Minerais Críticos. Em sua fala na reunião de ontem, ele frisou que o PL trará oportunidade de desenvolvimento ao país.

“O Brasil tem a segunda maior reserva de terras raras do mundo e pode ter muitas boas notícias porque só tem estudado com mais profundidade 30% do território. (...) O projeto de lei vai trazer o marco regulatório, instrumentos de controle e financiamento. Uma contribuição relevante para o nosso país; daí a importância da urgência desse trabalho”, reforçou.

O projeto de lei que cria a Política Nacional de Minerais Críticos segue sem previsão para ser analisado no Senado. Um dos fatores do impasse é a conturbada relação entre o chefe do Planalto e o presidente do Congresso, senador Davi Alcolumbre (União-AP).

A nomeação do senador Camilo Santana (PT-CE) como líder do PT no Senado é vista como uma tentativa de distensionamento entre o Executivo e o Legislativo.

SAÚDE

Apreensão de lotes falsos de Mounjaro

» MANNU LEONES

A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) determinou, ontem, a apreensão de lotes falsificados de Mounjaro, medicamento utilizado para tratar obesidade e diabetes tipo 2. Os produtos não podem ser vendidos, distribuídos ou utilizados.

De acordo com a agência, a empresa responsável pelo produto original denunciou ter identificado produtos com características distintas ao medicamento autêntico, como a utilização de número de série incompatível com o lote informado; erro na grafia do rótulo; além do dispositivo incompatível com o produto.

Os lotes afetados foram: Mounjaro 10mg 855044 e Mounjaro 15mg D880403, MJR 257 e D854901. A decisão da Anvisa ainda determina a apreensão de medicamentos sem registro, notificação ou cadastro, fabricados por empresas sem autorização de funcionamento.

A mesma medida da Anvisa proibiu a venda e circulação de oito produtos da marca PSM Pennaforte Produtos Naturais Ltda. Me; nove produtos da Bálsamos Jes Suplemento Natural Ltda; e um produto fabricado pela Muwiz Indústria e Laboratório Ltda.. O **Correio** tentou contato com as empresas responsáveis, mas não obteve resposta até o fechamento da edição. **(Veja lista dos produtos abaixo)**

Alerta

Em nota conjunta, a Sociedade Brasileira de Diabetes (SBD), a Sociedade Brasileira de Endocrinologia e Metabologia (SBEM) e a Associação Brasileira para o Estudo da Obesidade e da Síndrome Metabólica (Abeso) reforçam que pacientes devem utilizar exclusivamente medicamentos registrados pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa).

O posicionamento foi motivado pelo aumento da circulação, no Brasil, de versões alternativas de medicamentos à base de análogos de GLP-1 e GIP, como semaglutida e tirzepatida, frequentemente importadas do Paraguai sem autorização da Anvisa.

Segundo as entidades, embora esses produtos possam ser legalmente comercializados naquele país, essa autorização não tem validade em território brasileiro.

Vetados

Confira a lista dos fabricantes e respectivos produtos proibidos pela Anvisa:

- » PSM Pennaforte Produtos Naturais Ltda. Me
- » Dia Forte Lótus Nutri
- » Tribulus Terrestris com Maca Natumix
- » Amora Branca Natumix
- » Sucupira Natumix
- » Espinheira Santa Natumix
- » Mounjaro Natumix
- » Ora Pro Nóbis Natumix
- » Ozempic Natural Natumix
- » Bálsamos Jes Suplemento Natural Ltda
- » Calm Je's
- » Lipo Je's
- » Bálsamo Je's Algas Marinhas
- » Cura Je's
- » Milagroso
- » Liberta Álcool Je's
- » Virtuosa Je's
- » Oviduo Bem Je's
- » Bálsamo Je's Colmavit 2
- » Muwiz Indústria e Laboratório Ltda
- » Mega Viril Lótus Nutri